



Conferência e painel debatem mudanças climáticas, transição energética e descarbonização no segundo dia do Congresso Aço Brasil 2023

Titus Schaar, John Lichtenstein, Beatriz Soares, Wieland Gurlit e Albano Chagas Vieira foram os nomes que contribuíram com a discussão

O segundo dia do Congresso Aço Brasil 2023 teve início com a conferência especial **Descarbonização – Desafios para a Indústria do Aço**, seguida do painel **Mudanças Climáticas / Transição Energética / Descarbonização**, que contaram com a moderação do Conselheiro do Instituto Aço Brasil e CEO da Ternium Brasil, Titus Schaar; com a palestra do sócio-gerente da World Steel Dynamics, John Lichtenstein; e a colaboração dos debatedores Beatriz Soares, coordenadora-geral de finanças verdes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Wieland Gurlit, sócio sênior da McKinsey; e Albano Chagas Vieira, da Prumo e Porto Açu.

Schaar iniciou o momento de reflexão trazendo dados da Worldsteel Association, que apontam as indústrias do setor do aço como responsáveis por cerca de 7% das emissões globais de CO₂. Mesmo que o Brasil não contribua com a maior parcela dessa realidade, é importante trazer essa discussão para que as empresas participantes do Congresso Aço Brasil 2023 consigam instituir projetos que expressem o compromisso de reduzir os números até 2030. “Nesse painel, podemos ter a percepção do lado de quem conhece e estuda há 30 anos a questão de descarbonização, o lado do Governo, a realidade das empresas pelo mundo e no Brasil, além de um projeto que deve ser um dos primeiros a ter eficácia no nosso país”, diz.

Em seguida, Lichtenstein apresentou indicativos positivos de que, até 2030, as emissões podem cair até 13%, sendo puxadas principalmente pela China. De acordo com o especialista, cinco indicativos são avaliados para essa projeção: produção geral, EAF (mede impacto do aumento da participação na produção dos fornos elétricos a arco), produção de DRI (mede impacto do aumento da produção de DRI, que aumenta as emissões com base na suposição de como estará o gás natural até 2030), melhorias de BF/BOF (mede os impactos das tecnologias de descarbonização e práticas operacionais) e escopo 2 (mede os impactos das mudanças na intensidade das emissões da eletricidade utilizada).



“Nós consideramos que até 2030, e mais a frente em 2050, as condições de fornecimento de energia, tecnologia, e as produções dos maiores polos tenham condições de atender a essa queda da emissão de carbono. Atualmente, estamos recebendo ventos contra da China, mas isso deve mudar já na próxima década e influenciar, como um efeito borboleta, as taxas do Brasil, o valor do ferro e até no resultante de sucata na Índia”, avalia.

Necessidade de urgência no Brasil

De acordo com Beatriz, um recente projeto pretende mudar as regras do jogo no Brasil criando um “preço do carbono” – valor sobre o CO₂ emitido por grandes empresas de diversos setores no país –, contudo, ainda é necessário um levantamento real de dados, regulamentação e fiscalização.

“A PL, que está na comissão de meio ambiente com votação prevista nessa semana, precisa ser aprovada o mais rápido possível, pois quanto mais rápido tivermos o preço do carbono, melhor serão as decisões de investimento e de consumo. O projeto existe, mas depende de duas perspectivas principais, que é o tempo e o investimento, além da criação de um órgão gestor qualificado”, diz.

Para Gurlit, é importante que essa questão seja tratada com a importância e urgência no Brasil, porque a Europa e outros grandes polos já têm essa fiscalização e, na competição global, isso trará desvantagem para as empresas brasileiras.

“Esse cenário vai gerar exigências no mercado exterior sobre o aço produzido com baixa emissão de carbono. As grandes montadoras vão querer saber de onde vem o aço, inclusive dos carros montados no Brasil. De fato, existem outros setores que emitem mais CO₂, mas precisamos olhar para as siderúrgicas e perceber que essa responsabilidade também é nossa”.

Albano, por sua vez, explicou como foi o desenvolvimento de um dos primeiros projetos de destaque criados visando a descarbonização no Brasil. De acordo com ele, quatro fornos de grandes empresas foram avaliados e modelados, com ajustes, para que fosse criado um modelo ideal passível de ser aplicado em qualquer lugar, mesmo com limitação de oxigênio e temperatura.

“O modelo final nos mostra que se colocar em torno de 20% de HBI na carga, tem uma redução similar de CO₂ no alto gás e pode gerar ainda um aumento de produtividade, porque o forno passa a operar com maior tonelada por dia por metro



cúbico. Dessa forma, fazer um mega hub no Brasil para HBI pode ser uma estratégia que irá vai agregar valor ao minério e contribuir para a integração do país nesse contexto mundial”, diz.

Fotos – clicando [aqui](#).

Mais informações em congressoacobrasil.org.br.

O Instituto Aço Brasil e o Setor do Aço

O Instituto Aço Brasil reúne nove grupos produtores de aço do país, que respondem por 86% da produção nacional de aço.

Presente em quatro das cinco regiões brasileiras, a indústria do aço produziu, em 2022, 34 milhões de toneladas, com faturamento de R\$ 209 bilhões. O setor do aço induz a abertura de 3 milhões de postos de trabalho. No ano passado, desembolsou R\$ 35 bilhões em tributos, e, por ano, investe cerca de US\$ 2,5 bilhões no Brasil.

Assessoria de Imprensa

Ana Carolina Malandrino

(16) 98173-9918